



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

239

41

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0208960-7 (0003113-65.2010.8.17.0000)  
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DA CAPITAL

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DISTRIBUÍDA POR DEPENDÊNCIA À AÇÃO DE INVENTÁRIO. RECONHECIDO O INTERESSE DO ESPÓLIO.

- Aplica-se o juízo universal do inventário quando o bem móvel, objeto da ação de busca e apreensão, encontra-se colacionado aos bens do inventário.

- Competência do Juízo da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos para processar e julgar a Ação Cautelar de Busca e Apreensão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0208960-7 em que é suscitante o JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL e suscitado o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DA CAPITAL;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, POR UNANIMIDADE de votos, em declarar a competência do Juízo da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos para processar e julgar a Ação Cautelar de Busca e Apreensão, distribuída por dependência à Ação de Inventário, nos termos do voto da Turma.

Recife, de de 2010.

  
DES. FERNANDO MARTINS  
RELATOR.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

240

37

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0208960-7 (0003113-65.2010.8.17.0000)**  
**SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL**  
**SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DA CAPITAL**  
**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**  
**RELATÓRIO:**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo da 33ª Vara Cível da comarca da Capital em razão do Juízo da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital haver declinado da competência para processar e julgar a Ação Cautelar de Busca e Apreensão Nº 001.1994.021847-0, a qual fora distribuída por dependência ao processo de inventário.

Afirma o Juízo suscitante que a Ação de Busca e Apreensão não tem natureza satisfativa, mas, eminentemente, instrumental razão pela qual é dependente do processo principal, ou seja, o processo de inventário.

Esclarece, ainda, o juízo suscitante que se trata de ação cautelar de busca e apreensão distribuída por dependência ao inventário em processamento perante o Juízo da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital, tendo aquele juízo proferido decisão concessiva de liminar, culminando com a apreensão do veículo à época, sendo absolutamente impertinente a declinação de competência para o Juízo suscitante com o argumento de se tratar de matéria estranha à competência do juízo sucessório, ressaltando a impossibilidade de tramitação do presente feito de forma autônoma, ante o caráter provisório da medida cautelar e a sua dependência de um processo principal.

Parecer da Douta Procuradoria de Justiça, às fls. 32/34, opinando pela competência do Juízo da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital.

É o relatório. À pauta.

Recife, 23 de março de 2010.

  
**DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR.**

M





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

241

42

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0208960-7 (0003113-65.2010.8.17.0000)**  
**SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL**  
**SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DA CAPITAL**  
**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

De fato, há de se aplicar ao presente caso o juízo universal do inventário, haja vista que, segundo a Certidão de fl. 08v, o veículo apreendido fora colacionado ao inventário pela inventariante Maria Freire Batista, impondo-se, portanto, o reconhecimento do interesse do Espólio no bem em questão.

Ademais, vislumbra-se dos autos que já fora decretada a busca e apreensão do veículo auto-carga, pelo Juízo da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos, na Ação Cautelar de Busca e Apreensão, distribuída por dependência à Ação de Inventário, sendo, inclusive, o veículo apreendido e entregue aquele requerente (Roberto Freire Batista).

Deste modo, como bem explanou o Parecer da Douta Procuradoria de Justiça, tem-se que é correto o ajuizamento cautelar distribuído por dependência ao Juízo da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos, ora suscitado, dada sua competência legal para apreciar e julgar a demanda.

Com tais considerações, declaro a competência do Juízo da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos para processar e julgar a Ação de Busca e Apreensão nº 001.1994.021847-0.

É como voto.

Recife, 18 de  de 2010.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR.**

M